



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 16/21-25 SESSÃO ORDINÁRIA 2023/04/28

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, no edifício do Teatro Valadares em Caminha, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H08M, o **Presidente, Manuel Luis Pires Martins**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 11º, e n.º 1, do artigo 15º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Nuno Costa Pereira, eleito pela coligação “O Concelho em Primeiro”, faltou.
- Presidente da União de Freguesias de Venade e Azevedo, Carla Sofia Loução, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída pelo Secretário José Carlos Vieira Fonseca.
- Carlos Fernandes Alves de Castro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, foi substituída pelo Secretário Luís Filipe Silva Matias.
- Hugo José Vasconcelos Martins, eleito pelo Partido Socialista, foi substituída por Vítor José Brás Rocha.
- Paula Margarida de Sousa e Almeida, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Christine Ferreira Pereira.
- José Valdemar Ferreira Vieira, eleito pela coligação “O Concelho em Primeiro”, faltou, cuja a falta foi justificada.



Assembleia Municipal de Caminha

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, Coligação "O Concelho em Primeiro", Bloco de Esquerda e os Presidentes das Juntas de Freguesias, num total de 34 elementos.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Informações da Mesa.

3º - Período de Antes da Ordem do Dia:

a) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

4º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão extraordinária de 24 de novembro 2022;
- c) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 17 de fevereiro 2023;
- d) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 28 de fevereiro 2023;
- e) – Apreciação e votação do Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2022;
- f) – Aprovação da Revisão ao Orçamento para Incorporação do Saldo de Gerência;
- g) – Aprovação do Regulamento de Atribuição de Selo Equestre – Projeto Vilas e Aldeias Equestres entre Arga e Lima;
- h) – Aprovação do Regulamento Municipal para Instrução dos Processos de Legalização de Operações Urbanísticas Sujeitas a Licenciamento ou Comunicação Prévia;
- i) – Aprovação do Regulamento Municipal do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Caminha;
- j) – Aprovação da Integração do Representante do Conselho Municipal da Juventude na composição do Conselho Municipal de Educação para o mandato 2021-2025.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa**, colocou à consideração de todos os Deputados o pedido de suspensão por 365 dias de Cláudia Ferreira, como ninguém se opôs, de imediato deu posse ao Senhor Deputado Severino Manuel Gomes de Sousa.

Em virtude de as reuniões desta Assembleia Municipal serem gravadas, com o registo áudio colocado junto das atas no sítio institucional na internet, e tendo-se em consideração o facto de que, de acordo com o previsto no artigo 3º, nº 1, alínea a), ponto i), da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprovou o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro, considera-se como 'Documento administrativo' «qualquer conteúdo, ou parte desse conteúdo, que esteja na posse ou seja detida em nome dos órgãos e entidades referidas no artigo seguinte, seja o suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma material, neles se incluindo, designadamente, aqueles relativos a: i) Procedimentos de emissão de atos e regulamentos administrativos».-----

1.º - PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PUBLICO

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra as Senhoras:

A **Senhora Idalina Torres**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse como representante da “Associação Selva dos Animais Domésticos” que aquilo que a leva ali é a situação dos animais errantes nomeadamente os felinos, onde atualmente se encontram numa situação de não ter recursos para continuar a esterilizar, pelo que, solicita a todas as freguesias que ajudem esta causa, porque só com a continuação da esterilizações se pode acabar com o problema dos gatos de rua.



Assembleia Municipal de Caminha

Referiu ainda um problema que se está a passar na Rua de Gontinhães, em Vila Praia de Âncora, referindo a velocidade que alguns veículos automóveis ali atingem, a qual pode vir a causar problemas graves. (áudio 06.55 e 13.35 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse à D.ª Idalina que todos reconhecem o seu trabalho e a forma convicta que demonstra nesta causa dos animais, e de todos os colaboradores da associação, pois são um exemplo de dedicação e de trabalho.

Disse que em Caminha tem uma proliferação de colónias que os preocupa, e sabem dos problemas que pode trazer para a saúde pública. E, todos em conjunto têm de acompanhar esse esforço da Câmara Municipal aquando da questão do orçamento participativo, no entanto, vão ter que em conjunto arranjar outras formas de financiamento para a situação da esterilização.

Para terminar, disse que da Junta de Freguesia de Caminha tem o apoio que é possível dar, mas é um apoio empenhado e sabe que está a falar da parte de todos os seus colegas, porque tem que lutar por esta causa que é uma causa justa e uma causa que merece ser tratada. (áudio 14.15 e 16.20 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, disse relativamente à intervenção da D.ª Idalina, que não é necessário dizer que apreciam o seu trabalho, porque o acompanham e conhecem no terreno daquilo que vai fazendo, no entanto a CDU também acompanha esta preocupação não só na perspetiva da busca das colónias que são interessantes e que vão estando pelas ruas, mas também com alguma preocupação sobre aquela que é a boa vontade das pessoas e que tantas e tantas vezes pensando da melhor forma



Assembleia Municipal de Caminha

vai acolhendo alimentando e indiretamente também acabam por favorecer o surgimento de novas colónias este é um problema grave, é um problema que no passado já preocupava muito o Município de Caminha ao atribuir uma resposta pontual, com um programa de esterilização que julga que funcionou bem, mas, neste momento aquilo que lhes parece seria reforçar a sua intervenção no sentido de que a Câmara Municipal possa até em parceria com a “Selva dos Animais” encetar um novo projeto que vise rapidamente resolver este problema. (áudio 16.35 e 19.01 minutos da 1.ª gravação). -----

O Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Luís Matias, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, disse à D.ª Idalina que a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora conhece muito bem o seu trabalho e que sempre que precisar pode contar com a Junta de Freguesia. (áudio 19.15 e 21.00 minutos da 1.ª gravação). -----

O Senhor Deputado Ricardo Cunha, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa e disse que, sabem muito bem o trabalho da “Selva dos Animais”, reconhecem todo o seu mérito e estão solidários nessa causa. Disse ainda, que existe uma verba inscrita no orçamento para a esterilização dos animais, e no final desta Assembleia irão reunir rapidamente com os seus vereadores da Câmara Municipal de Caminha, para que na próxima reunião de Câmara levem este assunto à reunião de Câmara para que seja dirimido, e essa verba seja libertada pela Câmara Municipal através de protocolo e assuma ali alguma responsabilidade naquilo que é o controlo das colónias de animais errantes. (áudio 21.06 e 23.39 minutos da 1.ª gravação). -----

O Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís, disse que irá assumir este dossier, irá falar com os Deputados, com os Presidentes Junta e com a Câmara Municipal de Caminha para ver aquilo que realmente se pode fazer em



Assembleia Municipal de Caminha

relação à esterilização dos animais. (áudio 23.42 e 24.54 minutos da 1.ª gravação). -----

A **Senhora Maria Manuela Brito**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, expôs vários considerandos sobre o envolvimento da CPCJ de Caminha. No entanto, com o apoio do Município levou a cabo uma série de atividades sob o lema "Serei o que me deres...Que seja Amor!" durante o mês de abril em memória das crianças que sofrem maus-tratos, situações de perigo e violência, como forma de sensibilizar a comunidades para a problemática e para a necessidade de prevenir os maus-tratos na infância.

Por fim, convidam todos os presentes a acompanhar e a participar nas atividades da CPCJ de Caminha, a contribuir para a missão e o trabalho desta Comissão em prol da infância da Juventude não hesitando na denúncia no apoio na colaboração e na sinalização de qualquer situação que considerem de mínimo risco ou perigo. (áudio 25.08 e 34.00 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, agradeceu a intervenção da Senhora Maria Manuela, e referiu que aquilo que a CDU entende relativamente à colaboração e dedicação a este princípio, deve-os unir a todos nesta luta, em defesa das crianças e jovens no seu todo, mas principalmente aquelas que em cada momento estão mais vulneráveis. E, o compromisso da Assembleia Municipal de Caminha tem sido esse, como aliás, neste momento a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Caminha é presidida por um elemento desta Assembleia Municipal. Mas, é com imenso desagrado que recebe ali a informação que os elementos que pertencem à Comissão por indicação de forma voluntária ninguém foi pressionado, obrigado a representar a Assembleia Municipal na CPCJ não estarão porventura a honrar esta casa, pelo que, apela ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha que procurasse apurar aquilo que se está a passar relativamente à representação desta



Assembleia Municipal de Caminha

Assembleia na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Caminha.
(áudio 34.46 e 37.20 minutos da 1.ª gravação). -----

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e subscreve na sua totalidade tudo aquilo que o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro ali acabou de dizer, reforçando para que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal averiguasse a situação das pessoas que foram indicadas por cada partido para integrar esta comissão e que aparentemente não estão a cumprir a sua tarefa. (áudio 37.35 e 38.38 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, agradeceu em nome da coligação “O Concelho em Primeiro” o trabalho meritório perante esta causa, estas são questões que tocam a todos e que se devem unir esforços para erradicar toda e qualquer situação que possa existir. Concordou com aquilo que disseram os Senhores Deputados Joaquim Celestino Ribeiro e Paula Aldeia e se alguém não está a cumprir com aquilo que deveria, para que se faça uma nova nomeação para esse cargo ali na Assembleia Municipal. (áudio 39.03 e 41.00 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, agradeceu a intervenção da Senhora Manuela Brito, e referiu que irá averiguar aquilo que se está a passar junto da CPCJ e posteriormente dará conhecimento do mesmo.

2.º- INFORMAÇÕES DA MESA

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, disse que a CDU tem uma moção para apresentar titulada “25 de Abril e 1.º de Maio”, como é do conhecimento de todos, documento que fica anexo a esta ata.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez uma interpelação à mesa e perguntou se a moção foi enviada para todos os Senhores Deputados, porque a Senhora Deputada Paula Aldeia referiu que não a recebeu.

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, em resposta disse que o feedback que tem do Gabinete de Apoio é que foi enviada para todos os Deputados.

3.º- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores(as) Deputados(as): -----

O **Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Luís Matias**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e colocou várias questões ao Senhor Presidente da Câmara entre as quais:

Quando vai cumprir a deliberação aprovada por esta Assembleia Municipal, e ordenar o seu cumprimento e aplicação? Tem conhecimento dos candeeiros sem lâmpadas e sem balastos há vários anos, que se encontram no parque de estacionamento em frente ao Posto de Turismo? Sendo o Parque Infantil um local onde brinca quem mais devemos proteger dos perigos e que deveria ser um local seguro para as crianças e pais, está prevista a substituição urgente dos brinquedos e piso? Tem conhecimento do estado avançado de degradação da Ponte da Cruz Velha, neste sentido, quando dão início às obras da sua reparação? Tem conhecimento do estado em que está a Rua do Calvário, após construção da nova Escola Básica e Auditório Municipal Ramos Pereira? (**áudio 47.08 e 52.30 minutos da 1.ª gravação**). -----

O **Senhor Deputado João Domingues**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, disse que a Câmara Municipal tem



Assembleia Municipal de Caminha

oferecido uma série de atividades e serviços abertos à comunidade, que se prende com os meses temáticos envolvendo diversos parceiros, como foi a temática “Ambiente e Sustentabilidade”, onde nesse âmbito foi feita a limpeza das praias da Gelfa, Vila Praia de Âncora, Moledo e Foz do Minho, com o apoio das juntas de freguesia com a colaboração do Nuceartes, Corema, Valorminho e Luságua, atividade que se repetiu no mês de Abril.

Houve ainda ações de fogo controlado em Arga de Baixo com a colaboração do ICNF e dos Bombeiros Voluntários de Caminha. O projeto Reciclar e Compostar, consistiu numa sensibilização para o tema, e teve lugar nas freguesias do Concelho e também junto das IPSS. O dia internacional das florestas com plantação de árvores autóctones que ocorreu em Dem e Riba de Âncora.

Disse ainda que o mês de abril foi dedicado à saúde e ao bem-estar com inúmeras atividades, com ações de sensibilização de prevenção de quedas no idoso, com ações de formação sobre Intervenção Alimentar e Nutricional em Contexto Escola,; com o apoio da Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto e ULSAM, destinada a alunos do 1º Ciclo do Agrupamento de Escolas de Caminha, com a implementação de Balcões SNS 24 em todas as freguesias exceto VPA que não aderiu.

Para terminar disse que tiveram a excelente notícia de que as praias do Concelho de Caminha são praias de excelência, tendo a autarquia conseguido obter 5 Bandeiras Azuis, para a praia da Gelfa, Vila Praia de Âncora, Moledo, Foz do Minho e Vilar de Mouros. (áudio 47.08 e 52.30 minutos da 1.ª gravação).-

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e referiu os 49 anos do 25 de Abril, o primeiro “Primeiro de Maio” comemorado em Portugal em Liberdade, também completa este ano 49 anos, pois em 1974 a comemoração ocorreu imediatamente a seguir à Revolução de Abril, dando continuidade à alegria que a libertação trouxe aos portugueses....)



Assembleia Municipal de Caminha

...). Por isso, assinalar hoje o 1º de Maio, para além de ser um momento de exigir a melhoria das condições de trabalho, é um momento de exigir a valorização dos salários de quem trabalha, seja na função pública, seja no setor privado, porque a defesa dos salários e do emprego não constitui um benefício pessoal ou qualquer benesse individual, constitui um interesse coletivo e resulta num fator determinante e para a recuperação económica e social de todas e de todos, isto é, de todo o país. (áudio 59.16 e 1.04.01 minutos da 1.ª gravação). -----

A **Senhora Deputada Renata Monteiro**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e referiu que recentemente, se assinalou o aniversário de duas Associações do nosso Concelho. A ARA Associação Cultural e Recreativa de Riba de Âncora fez 40 anos e o Etnográfico de Vila Praia de Âncora cumpriu já 47 anos de existência.

A 7 de abril de 1983, um grupo de 13 jovens da freguesia de Riba de Âncora fundava a Associação Cultural e Recreativa de Riba de Âncora, ARA, esta Associação mantém como atividade contínua uma Escola de Cavaquinhos que ensina mais de 30 alunos.

Referiu ainda que Etnográfico de Vila Praia de Âncora foi fundado em 22 de março de 1976, que se define como um grupo que representa o Alto Minho, com especial destaque para a vertente poente da Serra d'Arga considerada uma das regiões de Portugal mais rica em folclore e etnografia.

Saúda por isso o trabalho próximo e de constante apoio e dinamização que o Município de Caminha tem com as suas Associações, reconhecendo nestas uma mais-valia e oportunidade de oferecer à sua população e aos que nos visitam experiências identitárias, de qualidade e que possibilitam o desenvolvimento do Concelho.

Por fim, deu os parabéns ao Sporting Club Caminhense pelo objectivo alcançado de voltar a estar presente na Gent - May Regatta, na Bélgica,



Assembleia Municipal de Caminha

desejando todos os sucessos e boa-sorte. (áudio 1.04.48 e 1.09.43 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e colocou várias questões ao Senhor Presidente da Câmara entre as quais:

Qual é a rede de apoio que a CPCJ tem com as empresas privadas com entidades oficiais à exceção das EMAT da Segurança Social e do Centro de Saúde aquelas que fazem parte da própria CPCJ e qual é a rede de apoio que juntamente com a Câmara e com estas empresas existem em Caminha para que a CPCJ possa fazer mais do que um trabalho reativo um trabalho proativo? Relativamente ao concurso que ficou deserto para a recuperação das Margens do Rio Coura o que é que pretende fazer, uma vez que perdeu um financiamento de um milhão e meio de euros em investimento para o Concelho?

Relativamente ao Parque Eólico Offshore, o que fez a Câmara de Caminha sobre esta matéria em termos de audiência pública?

Disse ainda que a OCP já conseguiu reunir 500 assinaturas através das principais associações do setor para levar o assunto a Comissão do Mar da Assembleia da República.

Par terminar, disse que é o maior defensor de 25 de Abril, mas, também é o maior crítico àquilo que depois do 25 de Abril se tem passado na política portuguesa. (áudio 1.10.05 e 1.14.15 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e colocou várias questões ao Senhor Presidente da Câmara entre as quais:

Um esclarecimento acerca de dois contratos de assessoria jurídica, adjudicados por ajuste direto, ambos no dia 05/04/2023? Porque, razão fez ajuste direto e não consulta prévia? Se, existem mais processos que não



Assembleia Municipal de Caminha

estejam nessa listagem? Ou, há previsão de mais? Porque, razão adjudicou 2 contratos e não 1 uma vez que o objeto é semelhante? (áudio 1.14.53 e 1.16.52 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Filipe Fernandes**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse o turismo é hoje, em todo o mundo, uma das maiores, senão a maior, atividade empresarial. Esta atividade económica tem sido fundamental para a geração de riqueza e emprego em Portugal e em particular, no Concelho de Caminha. Há muitos anos que este setor se desenvolve no nosso Concelho, tendo sido, desde 2013, uma aposta do executivo socialista. Essa aposta tem-se refletido no desenvolvimento dos setores hoteleiro, da restauração e, inevitavelmente de todo o tecido empresarial e economia local...) (áudio 1.17.23 e 1.21.20 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez uma interpelação à mesa e perguntou se os esclarecimentos referentes á moção que vai ser apresentada, são prestados após cada intervenção ou no final da apresentação da mesma. (áudio 1.21.39 e 1.22.23 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, disse que os esclarecimentos são prestados no momento da intervenção do Senhor Deputado, uma vez que a Moção já foi entregue a todos e também irá ser votada.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, congratula-se com as palavras do Senhor Deputado Jorge Nande, pois, ficou muito contente com o 25 de Abril, é um defensor fervoroso do 25 de Abril, o qual, trouxe ali as últimas notícias do dia relativamente ao Governo Central, no entanto, foi uma pena que o Senhor Deputado não estivesse presente nas comemorações do 25 de Abril na casa



Assembleia Municipal de Caminha

onde pela qual o Senhor foi eleito pelo Concelho de Caminha. (áudio 1.25.04 e 1.25.40 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, em defesa da honra, disse à Senhora que Deputado que fica muito contente por ter sentido a falta dele, mas, esteve doente não podia ali estar presente.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, começou por dar os parabéns ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal por ter dado continuidade à celebração e às Comemorações do 25 de Abril e também à Câmara Municipal que teve um programa próprio para comemorar o 25 de Abril e a todo o movimento popular que se juntou nessas comemorações...)------

Disse ao Senhor Presidente da Câmara que as Piscinas Municipais têm vindo ali à Assembleia por variadíssimas razões, mas, o que hoje os leva ali a falar são as preocupações com os trabalhadores essencialmente com aqueles que perduram nas relações laborais precárias, ocupando o trabalho permanente como se de temporário se tratasse...)------

Disse ainda ao Senhor Presidente da Câmara que está a começar a época estival e uma vez mais os problemas de ordenamento na Avenida Ramos Pereira. Pergunta se, vai haver alguma alteração ou se está pensado alguma forma de alterar este processo ...) -----

Perguntou ainda se o Senhor Presidente da Câmara tem pensada uma futura urbanização em Vila Praia de Âncora, entre as 2 rotundas da EN13 com a criação de uma futura avenida...) -----

Relativamente à Moção que foi apresentada a todos os Senhores Deputados, pede desculpa aos munícipes do Concelho Caminha que não tiveram acesso ao documento e ao procedimento que está a ser utilizado pela Assembleia, pois, trata-se de um documento que lembra a 25 de Abril e face à proximidade do 1º Maio procura exortar toda a gente a associar-se às comemorações do 1º Maio. É, ainda uma moção que faz um enquadramento histórico que procura



Assembleia Municipal de Caminha

reforçar toda o trabalho feito em clandestinidade e também reforçar aquilo que foi a operação militar na madrugada de 25 de Abril associando depois mais tarde as massas populares, é uma moção que faz desta história também a memória que é importante ligada ao mundo do trabalho sobretudo com as conquistas que foram consagradas. (áudio 1.27.25 e 1.33.56 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, colocou para votação a Moção apresentada pela CDU, a qual foi aprovada com 23 votos a favor, 10 votos contra e 1 abstenção.

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse em declaração de voto que:

Votou favoravelmente esta moção porque considera muito importante celebrar Abril e lembrar o 1º de Maio, no entanto, está com as questões ligadas ao desenvolvimento do 25 de Abril, dos três “D”, porque, existe um que tem que ser desenvolvido que é o desenvolvimento. É, o desenvolvimento que vai garantir a manutenção da Democracia, porque, esse “D” não está garantido, as toadas populistas, as respostas rápidas, aquilo que aqueles políticos que dizem tudo aquilo que as pessoas querem ouvir, aqueles políticos que fazem da caricatura do que acontece o julgamento da ação política querem o fim da Democracia, mas, só se pode responder com trabalho com desenvolvimento e com melhoria das condições da população para garantir o Abril Democrático. (áudio 1.36.23 e 1.37.53 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse em declaração de voto que, 25 de Abril e 1º de Maio foram possivelmente as datas que mais marcaram a sua existência em particular recorda-se de gente como Mário Soares, Almeida Santos, Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa, Ramalho Eanes e outros. Logo,



Assembleia Municipal de Caminha

votam contra esta moção a respeito de todos estes homens que prepararam o Gonçalvismo que o Partido Comunista queria instalar em Portugal, e, não compreendem como é que neste órgão vem defender os trabalhadores quando no município se tem trabalhadores a título precário, a recibos verdes.

Votam contra esta moção pela forma descrita do ponto 8, que passou a citar “Desafiar os órgãos representativos do Município de Caminha à divulgação e promoção dos valores de Abril e as suas conquistas e à transmissão às novas gerações do que elas representaram”, no entanto desafia o Senhor a levar ali propostas de resolução ou moções como tem feito a “OCP” a favor dos trabalhadores, não basta levar ali moções de textos políticos, o 25 de Abril não foi para isso.

Termina a dizer ao Senhor Presidente de Junta, Miguel Gonçalves para que conte com ele, porque fascistas não passarão com ele, porém também não passarão os demagogos e os da esquerda caviar. (áudio 1.38.06 e 1.41.03 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Primeiro Secretário da Mesa, João Silva**, fez declaração de voto e disse que se absteve porque, não teve tempo para analisar a moção. (áudio 1.41.15 e 1.41.33 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, e disse quanto à intervenção da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora que tomou boa nota de todas as questões, no entanto, em Vila Praia de Âncora tem havido um vasto leque de trabalhos efetuados por parte do município como, na reposição e regularização de alguns dos pisos e passeios, na limpeza de alguns dos aquedutos, na limpeza e jardinagem que às vezes não é muito valorizado, apesar da Câmara Municipal, ter uma equipa de funcionários que operam exclusivamente na freguesia de Vila Praia de Âncora.



Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente aos aparelhos das crianças no Parque Ramos Pereira, disse que são todos certificados pela União Europeia para que as crianças possam utilizar.

Relativamente aos candeeiros do Campo do Castelo, disse que a Câmara Municipal teve conhecimento e notificou a Doca Pesca, que é a titular daquele espaço.

Relativamente à atuação da Câmara Municipal no que diz respeito aos meses temáticos, disse que esta é uma nova política da Câmara Municipal ao dedicar um mês a um tema sectorial a um tema concreto, esta foi uma aposta ganha, porque, existe um trabalho de proximidade com a população, com as associações e com as instituições locais.

Disse ainda o Senhor Presidente quanto à questão das Bandeiras Azuis que é uma continuidade, é uma chancela de qualidade das nossas praias, e, é fundamental que se possa estar no mapeamento das Bandeiras Azuis, porque é pela primeira vez que a Região Norte num todo conseguiu ultrapassar a Região do Algarve relativamente ao número de Bandeiras Azuis.

Relativamente aos contratos de acessória jurídica, disse que tem 2 avenças, logo se a Câmara Municipal tiver processos judiciais contra ela, está bem apetrechada para se defender e salvaguardar aquele que é o interesse do Concelho de Caminha.

Relativamente à questão de energia eólica que se pretende implementar ao largo da Costa de Viana do Castelo e de Caminha, disse o Senhor Presidente que a Câmara Municipal de Caminha esteve sempre a par dos acontecimentos, assim como a União de Freguesias de Caminha e Vilarelho também está e esteve, tendo feito a sua participação pública aquando da pronúncia. Disse ainda que aquilo que ali está em causa é a colocação das estruturas da energia eólica, como já existe em Viana do Castelo sobre uma área maior em cerca de 663 km² entre Viana do Castelo e Caminha, no entanto a Câmara Municipal está a fazer o seu trabalho, tem falado com a DGRM e com o Governo sobre esta matéria, e, a Câmara Municipal de Caminho juntamente com a Câmara



Assembleia Municipal de Caminha

Municipal de Viana do Castelo solicitou que a DGRM pudesse concretizar uma nova ação de esclarecimento, uma sessão pública de esclarecimento relativamente a esta situação, a qual foi bem acolhida, estando agendada uma sessão com a Direção Geral de Recursos Naturais Segurança e Serviços Marítimos para o dia 18 de maio pelas 12.00horas no Auditório do Museu Municipal de Caminha, para que todos possam ficar esclarecidos sobre o plano de afetação para as energias renováveis. Nesta sessão estará presente do Senhor Secretário Geral do Diretor Geral da DGRM, a Câmara Municipal de Caminha e da Câmara Municipal de Viana do Castelo. (áudio 1.42.20 e 1.52.30 minutos da 1.ª gravação). -----

4.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, Peter Martins, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa. Solicitou autorização para colocar uma amostra de uma pedra junto do Senhor Presidente da Câmara, e de seguida fez vários considerandos à obra que está a decorrer na sua freguesia entre os quais disse que a amostra que deixou foi retirada da obra da ADAM que segundo o caderno de encargos está previsto pelo menos 5% de material reciclado, e não sabe se aquele é adequado. Falou sobre a execução da expansão da rede de saneamento cujo prazo era de 360 dias, que já passaram, e, como já foi referido ali pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal que a Câmara Municipal não é sócia da Luságua, mas, é sócia da ADAM e, uma vez, que o contrato é de 2 milhões, caso imputável ao empreiteiro corresponde a uma coima de 760 000 euros conforme estipulado no ponto 51.1.1 da caderno de encargos, pergunta se esse valor foi pago à ADAM.



Assembleia Municipal de Caminha

Quanto à execução da renovação da rede de abastecimento de água, pergunta o mesmo.

Questiona ainda sobre a pavimentação de algumas ruas da sua freguesia. (áudio 1.57.00 e 2.00.46 minutos da 1.ª gravação). -----

O Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Luis Matias, coloca várias questões ao Senhor Presidentes decorrentes da intempérie ocorrida no dia 01 de janeiro de 2023, entre as quais:

Em relação à Rua Comendador Canas, quando vai ser resolvida e iniciada a obra de reparação? Quando está previsto o arranjo do pavimento e muros de suporte na Rua da Retorta que também sofreu graves danos? Para quando está prevista a sua reabertura das Piscinas Municipais?

Termina a perguntar, quando vai ser executada uma limpeza profunda ao areal da Praia de Vila Praia de Âncora? (áudio 2.01.00 e 2.04.23 minutos da 1.ª gravação). -----

O Senhor Deputado Jorge Nande, fez vários considerandos sobre esta alínea entre os quais, perguntou:

Na listagem de compromissos plurianuais assumidos, vem a limpeza de três lotes no valor de 33mil, 40mil e 37mil, valor contratual, pergunto se estes lotes são do Município.

Na listagem de processos pendentes assinada pelo Senhor Dr. Herculano o processo 501/23.2, o Município de Valença, Município de Vila Nova de Cerveira contra o Estado Português e os outros 5 Municípios da Adam como contra interessado teve o seu início em março de 2022, nunca foram informados da existência deste processo, a Câmara de Caminha foi citada logo na semana seguinte à entrada do processo nunca foram informados, o processo terminou em 30 de março com desistência do pedido de 2022, pergunta, porque é que vem agora nesta listagem de 18/04/2023 a informação de um processo que já



Assembleia Municipal de Caminha

não existe no tribunal que está decidido com sentença transitada em julgado por desistência dos autores.

Sobre o processo 692 de uma Senhora funcionária que intentou uma ação de impugnação de despedimento, pergunta o tem a dizer sobre essa matéria.

Refere que reiteradamente constam pequenas dívidas a diversos fornecedores, pergunta se a Câmara Municipal não tem verba para cobrir esses valores. **(áudio 2.04.46 e 2.10.03 minutos da 1.ª gravação).** -----

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que a esclarecesse sobre o processo 711/22 cujo autor é o Senhor Jorge Manuel Cerqueira Nande e sobre o processo 403/22 cujo autor é o Senhor Jorge Manuel Cerqueira Nande contra o Município de Caminha, se são dois processos diferentes, uma vez, que vem lá referido que o autor foi interpelado para proceder ao pagamento de umas fotocópias, pergunta se o Senhor já pagou esse valor.

Perguntou ainda sobre o processo 987/06 a que corresponde a indemnização de cerca de um milhão de euros. **(áudio 2.10.16 e 2.11.58 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez uma interpelação à mesa, e disse que o Senhor Presidente da Mesa acaba de tomar uma decisão contrária àquela que tomou quando houve questões relacionadas com a moção antes da intervenção dele, ou seja, existe a dualidade de critérios **(áudio 2.12.44 e 2.14.16 minutos da 1.ª gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luis**, em resposta disse que não houve pedidos de esclarecimentos sobre a moção, houve afirmações sobre a moção.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez uma interpelação à mesa, e disse, relativamente aos pedidos de esclarecimento para que a mesa vá ao n.º 2, do art.º 46, do atual Regimento da Assembleia Municipal. (áudio 2.15.50 e 2.16.12 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, pediu para que fique o registo para dar resposta ao pedido de esclarecimento da Senhora Deputada Paula Aldeia.

A **Senhora Deputada Isabel Dias**, disse que da informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara é dito que foi aprovada a licença de utilização dos Recursos Hídricos para ocupação do domínio público marítimo para instalação de apoio de praia na zona sul em Moledo, pergunta, se esta licença é para o bar que ainda se encontra neste momento na praia, o qual, não foi retirado após a época balnear. (áudio 2.18.11 e 2.20.18 minutos da 1.ª gravação).

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, relativamente às funções dos novos Serviços de Atendimento e de Acompanhamento Social (SAAS) e o Serviço de Rendimento Social de Inserção (RSI), pergunta, onde vão funcionar estes serviços fisicamente e relativamente às listas de processos pendentes, são apresentadas duas listas, pelo que, pergunta, porque uma assessoria tem 4 processos atribuídos e outra tem os 16 processos. (áudio 2.20.31 e 2.23.15 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, colocou várias questões ao Senhor Presidente, entre as quais, relativamente ao Projeto Reciclar e Compostar, porque, foram escolhidas estas freguesias e não outras? Relativamente às Jornadas de Sustentabilidade no Alto Minho que decorreram em Vila Praia de Âncora colocou um parágrafo com 3 questões no ar, no entanto, devolve essas mesmas questões, que são de definição estratégica e política para o território e pergunta, que Alto Minho se quer para 2030? Como



Assembleia Municipal de Caminha

se consegue potenciar um território turístico sem colocar em crise a sua sustentabilidade? Desenvolvimento sustentado sem igualdade e sem equidade? E, por último disse que a CDU também gostava de ter ali explicações sobre o processo n.º 501/23 que envolve de facto como contrainteresado a Adam? (áudio 2.23.30 e 2.25.59 minutos da 1.ª gravação). ---

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, perguntou à Senhora Deputada Paula Aldeia se tem conhecimento que os processos intentados por ele contra o Município decorrem da sonegação de informação?

Pergunta ao Senhor Deputado Joaquim Celestino se não sabe que o processo 501 é Município de Cerveira e o Município de Valença que intentarem uma ação contra os outros Municípios o Estado Português e Adam contrainteresado para saírem da ADAM. (áudio 2.26.50 e 2.28.32 minutos da 1.ª gravação). -----

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, disse ao Senhor Deputado Jorge Nande que aquilo que entendeu foi, que estes processos foram levantados no exercício das suas funções enquanto Deputado, mesmo assim o Tribunal não lhe deu razão, porque, perdeu ambos os processos. (áudio 2.28.43 e 2.29.42 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse ao Senhor Deputado Jorge Nande que intervenção que ali fez foi diretamente dirigido à Câmara Municipal e a quem cabe dar a informação neste período de ordem de trabalhos, porque, são as informações prestadas pela Câmara Municipal a esta Assembleia Municipal. (áudio 2.31.11 e 2.32.11 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta às questões colocadas, começa por dizer que o lote 1, 2 e 3 correspondem a serviços de



Assembleia Municipal de Caminha

limpeza, para os quais foram abertos procedimentos concursais por lotes, porque, a Câmara Municipal tem limpeza nos vários edifícios.

Relativamente ao processo 501/23.22, foi Dr. Herculano que elaborou uma das informações jurídicas, foi apresentada a desistência por parte da Sr^a Dr.^a Jane Kirby no dia 19/04/2023 pelas 16.34 horas e a informação do Sr. Advogado é do dia 18/04/2023 é anterior a esta informação, ou seja, é anterior à data da desistência por parte da Câmara Municipal de Valença e de Vila Nova de Cerveira.

Disse ainda quanto à atribuição do processo relativamente à funcionária que tinha sido despedida por justa causa, que ela decidiu impugnar judicialmente o despedimento e que é um direito que lhe confere, mas, a verdade é que este advogado já tinha acompanhado o processo disciplinar, logo, está por dentro da matéria e é conhecedor dos factos.

Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Paula Aldeia, referiu que são dois processos intentados pelo Senhor Deputado Jorge Nande contra o Município e foram diversos os recursos que surgiram no âmbito deste processo, mas, para bem do Município de Caminha ganhou sempre estes processos e ainda constam ali, porque o Senhor Deputado ainda não pagou as fotocópias.

Relativamente ao processo judicial em que a Câmara municipal é ré, e estão a solicitar o pagamento de uma indemnização em cerca de um milhão de euros, diz respeito ao Externato Rita.

Relativamente ao Projeto Reciclar Compostar, disse que foram percorridas todas as freguesias do Concelho, às escolas e também às IPSS do Concelho.

Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Isabel Dias, referiu que o que está em causa nesta deliberação é a ocupação do Domínio Público, o metro quadrado da ocupação.

Relativamente à intervenção do representante da Junta de Freguesia de Vila Praia Âncora, disse o Senhor Presidente que nunca é demais falar aquilo que ocorreu no dia 01 de janeiro deste ano, o qual passou a explicar aquilo que são



Assembleia Municipal de Caminha

danos públicos e privados e os apoios que existem por parte do Estado, referindo que para além desses apoio existe um programa do Governo “Porta de Entrada” que está sempre aberto, não só para as intempéries para as pessoas que tenham dificuldades momentâneas.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Âncora, referiu que aquilo ali disse não foram questões foram mais reflexões, no entanto, fará chegar essas reflexões à ADAM.

Relativamente às 3 perguntas que lançou no debate das jornadas da sustentabilidade que decorreram em Vila Praia de Âncora, referiu que quer um território mais coeso, um território que saiba abarcar todas e todos, um território que seja mais rico não só a nível financeiro, mas, um território com mais pessoas, que saiba captar mais e melhores investimentos e que saiba dar respostas a coisas tão básicas como o saneamento básico em algumas freguesias que não o tem, que tenha um turismo de qualidade sustentável que saiba respeitar os que cá estão, mas, acima de tudo que saiba respeitar o território.

Para terminar referiu que a limpeza das praias, como sabe, a Câmara municipal em parceria com a Junta de Freguesia, com a Valorminho, a Corema e a Luságua procederam a uma ação de limpeza, mas, com a chegada da época balnear aos trabalhos vão iniciar-se como habitualmente. (áudio 2.32.20 e 2.52.49 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, perguntou ao Senhor Presidente onde irão estar os serviços afetos ao atendimento social. (áudio 2.53.25 e 2.55.03 minutos da 1.ª gravação). -----

A **Senhora Deputada Isabel Dias**, perguntou se a licença de utilização para o domínio Público que foi aprovado é para o bar que lá se encontra ou não? A licença que foi emitida para a utilização do domínio Público é só para época balnear ou não? se for apenas só pra época balnear será que o bar vai ser



Assembleia Municipal de Caminha

retirado ou não? Se não for retirado o que é que a Câmara vai fazer? Se vai permitir que ele permaneça lá mais um inverno? (áudio 2.55.37 e 2.56.15 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Luis Alexandre**, perguntou se a candidatura que submeteu à CCDR é para os comércios ou será para arranjar as ruas que estão degradadas? (áudio 2.56.33 e 2.57.26 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, Peter Martins**, pergunta, porque os últimos 150 metros até ao tampão 23 a via não foi pavimentada com calçada e na Rua do Solposto entre o nó 24 e 26 não foi substituído o piso de terra batida por betuminoso, conforme projeto enviado à Junta de Freguesia. (áudio 2.57.44 e 2.58.43 minutos da 1.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta às questões colocadas, voltou a referir quanto à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Âncora que irá remeter as questões para a ADAM, porque é quem está a executar a obra.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado Abílio Cerqueira, disse que os serviços da ação social irão funcionar em Caminha e em Vila Praia de Âncora.

Relativamente à questão colocada pela Senhora Deputada Isabel, disse que não é para aquele bar em concreto, a Câmara Municipal notificou o proprietário para a remoção do bar e se neste momento o proprietário ficar novamente com essa concessão e quiser aquele equipamento o mesmo terá que sofrer alterações e uma requalificação para garantir segurança aos utilizadores e só é para a época balnear. (áudio 2.58.55 e 3.01.24 minutos da 1.ª gravação). -----

b) – Aprovação da ata da sessão extraordinária de 24 de novembro 2022



Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à **“Ata da Sessão extraordinária de 24 de novembro 2022”**, que aqui se dá por inteiramente reproduzida e dela faz parte integrante.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez alguns reparos à ata os quais serão retificados.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 29 votos a favor, 0 votos contra e 05 abstenções as quais se devem ao facto de não estarem presentes.

c) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 17 de fevereiro 2023

Esta ponto foi retirado.

d) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 28 de fevereiro 2023

A Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à **“Ata da Sessão ordinária de 28 de fevereiro 2023”**, que aqui se dá por inteiramente reproduzida e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 27 votos a favor, 0 votos contra e 07 abstenções as quais se devem ao facto de não



Assembleia Municipal de Caminha

estarem presentes.

e) – Apreciação e votação do Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2022

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezanove de abril de dois mil e vinte e três, relativa ao “**Apreciação e votação do Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2022**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea I), do n.º2, do art.º25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprecie e aprove o “Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2022”.

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores(as) Deputados(as): -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, disse que sociedade de revisores oficiais de contas que auditou as contas refere que as demonstrações financeiras apresentam em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município de Caminha a 31 de dezembro de 2022, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas...), no entanto, o mesmo relatório de auditoria refere nas suas reservas ao referir que o Relatório de Gestão não inclui as divulgações previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, e o Município não divulgou as razões para essa ausência.



Assembleia Municipal de Caminha

Em conclusão, disse que não pode votar a favor deste documento, em face das omissões verificadas e apontadas pelo Revisor Oficial de Contas. (**áudio 32.50 e 36.02 minutos da 2.ª gravação**). -----

A **Senhora Deputada Isabel Dias**, disse que da análise orçamental do relatório de contas verificam que há menos investimento por parte do Município e também há menos investimento pela população no Concelho...). Disse ainda que impostos como IMT e o IVA baixaram, o que significa que se está a perder população e turismo, aquele turismo que fica e consome...). De seguida, continuou a fazer vários considerandos às despesas que o Município efetuou em eventos que não demonstraram qualquer mais-valia para a população que justifique os valores gastos uma vez que o turismo tem diminuído e os jovens do Concelho têm migrado, apesar de não ser contra as festas ou eventos, e estando a população a sofrer um aumento da inflação, pergunta, se não seria melhor a Câmara de Caminha ter outras prioridades. (**áudio 36.17 e 39.50 minutos da 2.ª gravação**). -----

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, disse que o relatório e contas é um dos documentos mais importantes a ser apreciado e votado, porque, reflete ou não o que foi traçado no orçamento anual, permite ou não ter uma noção da realidade das contas do município e vai aferir como foi aplicado o dinheiro que o Sr. Presidente tem o dever de gerir bem ou não. No entanto, segundo aquilo que foi apresentado no relatório verificam que não cumpriu com Estratégia Local de Habitação.

Referiu que os revisores oficiais de contas, emitem opinião com reservas...). Referiu que na informação disponibilizada encontra-se incompleta; não tem a listagem completa dos credores para conferir saldos do ano ou transitados...). Referiu que houve um acréscimo de gastos de 1,85 milhões, principalmente em fornecimentos e serviços externos...).



Assembleia Municipal de Caminha

Referiu ainda que a dívida do Município aumentou de 337 mil euros para 36 milhões...). (áudio 40.05 e 45.15 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que o documento de prestação de contas em apreço resulta em primeira instância de uma obrigação legal cabendo por isso aferir se os elementos disponibilizados são capazes de satisfazer este fim, mas, é um documento que afere ainda duas outras valências, a primeira, a concretização do previsto quer no plano político quer no plano administrativo e a segunda valência também a capacidade de realização face ao orçamentado. Neste último ponto regista-se um grau de execução tanto da despesa como da receita acima dos 80% em linha com o ano anterior e tal como nesse ano também a receita corrente apresenta uma taxa de execução superior à receita de capital. Contudo a taxa de execução da receita corrente de 2002 é inferior à de 2021, no entanto, nas receitas de capital esta tendência não é verificada face ao ano anterior...)

No que respeita à despesa disse que se verifica o mesmo sentido geral face ao ano anterior com a despesa corrente a apresentar uma taxa de execução de 89% face aos 86% de 2022, embora, nas despesas de capital diminui a taxa de execução em quase 20%...)

Disse ainda que se trata de um documento mais perceptível, essencialmente da despesa no quadro do plano de atividades municipal.

Terminou alertando para o facto das reservas referidas pelo certificador das contas, em que duas dessas reservas são recorrentes, mas, há uma que é nova e, fica por isso a aguardas a justificação do Senhor Presidente. (áudio 45.35 e 51.31 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, começou por falar na reabilitação urbana, referindo o acordo com Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU, I. P.), para reabilitar 22 habitações, adquirir e reabilitar mais 16 e construir 9, são 47 novas habitações no total, que permitirão 47 agregados



Handwritten signature and initials in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

familiares correspondentes a 163 pessoas deixar de viver em condições habitacionais indignas, em causa está um valor total de um pouco mais de 4,5 milhões de euros a aplicar ao longo de 6 anos nas primeiras intervenções que começava em 2022 com a reabilitação de casas municipais nos bairros de Vila Praia de Âncora, esta introdução foi para dizer que tal como este anúncio foi uma fantasia, também as contas que ali hoje são apresentadas, são outra, porque se denota uma falta de capacidade do município para investir, o que resulta da análise feita ao quadro dois, onde a conta 06-transferências correntes, que estavam previstos 9 438 000€ e só se conseguiu chegar aos 8 500 000€ e nas transferências de capital, que é onde se faz este investimento, estavam 5 800 000€ previstos e só conseguiram chegar aos 2 900 000€ que significa uma execução 51%...)

De seguida referiu ainda que;

Na aquisição de bens de capital voltou a diminuir em 38%...)

Nos acordos que afetam o ativo do município, como o acordo celebrado com o Município da A Guarda (Espanha), onde pergunta, quanto é que foi perdoado? A Câmara Municipal deve ser das câmaras do país com mais rubricas "Outros", como por exemplo: outros serviços, outros trabalhos especializados, pergunta o que são estes "Outros".

O Senhor Deputado refere ainda uma panóplia de apoios e subsídios concedidos pela Câmara Municipal.

Para terminar pede ao Senhor Presidente para que lhe explique o que são deferimentos de 7 870 000€, se isto são contas que chegaram este ano e que o Senhor defere para o futuro, porque o ano passado eram 5 000 000€, ou seja, em questão estão mais 2 000 000€ de deferimentos, e outras contas por pagar mais 2 609 000€, ou seja, tem ali 9 000 000€ de deferimentos e de outras contas por pagar que levariam a um saldo negativo e muito diferente daquela que ali está a apresentar. (áudio 51.44 e 57.46 minutos da 2.ª gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, disse que num ano extremamente exigente para a Câmara Municipal, podem verificar que foi cumprida a regra do equilíbrio orçamental, ou seja, a soma da despesa corrente paga e das amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo foram inferiores à receita corrente cobrada.

Assim, através da documentação apresentada, verificam que, ainda que doa muito à oposição do Concelho, pelo quarto ano consecutivo, o resultado líquido foi positivo e apresenta um valor de 362.022,84€. Por isso, elogia a forma clara, bem organizada e de fácil entendimento que este documento apresenta.

O que há a reter, é que a dívida a fornecedores baixou em 771.293,10€, a dívida à banca baixou em 524.554,64€ e a dívida ao Estado baixou 211.423,43€, como indica o relatório do Revisor Oficial de Contas, as normas legais foram seguidas, transparentes e refletem, a situação do Município. Referindo que a Câmara Municipal esteve presente em todos os sectores aos seus fregueses, como, na economia, na Saúde, na Educação e no desporto escolar, na Cultura, na Juventude e Desporto, no Espaço Público, no ambiente, na proteção civil e na Modernização administrativa, todas as áreas sectoriais foram alvo da atenção, do executivo.

A Senhora Deputada refere ainda uma panóplia de apoios, acordos, infraestruturas e outros serviços executados nas diversas áreas referidas acima pela Câmara Municipal...)

Para terminar refere que, quem governa faz opções, escolhe rumos, não acerta sempre, mas, sem dúvida que leva sempre na ideia, a intenção de fazer mais e melhor pelo seu território e pelas suas gentes. Por isso, não aceitam as alegações da oposição que numa verdadeira política de ensombramento, tenta a todo o custo denegrir o bom trabalho executado e os bons resultados apresentados, por isso, os munícipes de Caminha sabem que podem confiar hoje e sempre neste executivo, e que a verdadeira ponte que se lhes propõe, não é a ponte da demagogia, mas, sim a ponte do desenvolvimento e do



Assembleia Municipal de Caminha

reconhecimento que o Concelho merece. (áudio 58.05 e 1.04.08 minutos da 2.^a gravação). -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, disse que aquilo que lhe saltou à vista no imediato, na análise ao Relatório Contas tem a ver com o facto de no ano 2022 a Câmara de Caminha já não pagou à Fundação de Serralves, dinheiro que pode ser canalizado para as instituições e coletividades do Concelho. No entanto, na continuação da análise, verifica que as transferências de capital para as Freguesias são verbas muito baixas, porque as freguesias necessitam de muito mais para atender às necessidades dos seus fregueses.

Termina o Senhor Deputado com um apelo aos Senhores Presidentes de Junta, para que no momento de aprovar o Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024, para que pensem muito bem, porque são eles a maior força política na Assembleia Municipal, e sem o voto deles o orçamento não passa, o que irá permitir negociar melhores verbas para as freguesias que representam. (áudio 1.04.25 e 1.07.44 minutos da 2.^a gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, referiu em relação a esta prestação de contas que a Câmara Municipal, enquanto entidade pública, deve prestar contas anualmente, sobre a execução do seu orçamento e das GOP, em consonância com os princípios da transparência, integridade e responsabilidade da gestão dos dinheiros públicos...)

Assim, referiu que o ano de 2022 foi um ano de grandes concretizações na área da Educação, conseguindo o executivo, executar e inaugurar dois novos equipamentos escolares e, também foram realizadas diversas obras de melhorias nas escolas primárias...)

Ao nível do desporto escolar, o executivo promoveu o projeto de Ocupação dos Tempos Livres, fomentamos novas formas de aprendizagem como o projeto UBUNTO, ou ainda o apoio dado na concretização do Sarau Cultural do nosso Agrupamento...)



Assembleia Municipal de Caminha

No âmbito da cultura, do turismo e da promoção territorial, fez-se a Certificação do Caminho Português da Costa, para Santiago de Compostela. Concretizaram-se eventos como: o Festival de Vilar de Mouros, o SonicBlast, o Artbeerfest ou ainda a Feira Medieval...)

Na área do ambiente, o executivo conseguiu que as 4 praias oceânicas obtivessem o galardão Bandeira Azul da Europa, bem como a praia fluvial de Vilar de Mouros...)

Referiu ainda que foi criado um novo serviço, o “Serviço de Psicologia”, apoiando a população mais idosa na vacinação contra a Covid-19 e a Gripe...)

Assim como, desde a primeira hora a Câmara Municipal acolheu os refugiados da guerra da Ucrânia que vieram para o Concelho, promoveram-se campanhas de solidariedade, onde aderiram centenas de voluntário...)

Para terminar, e abordando a parte mais técnica do documento referiu o Senhor Presidente que pelo quarto ano consecutivo, o resultado líquido de exercício foi positivo no valor de 362.022,84€, ou seja, foi cumprida a regra do equilíbrio orçamental, como se pode verificar, a soma da despesa corrente paga e das amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo foram inferiores à receita corrente cobrada, as obrigações da Câmara Municipal baixaram nos seguintes moldes: para com os fornecedores (771.293,10€), para com a banca (542.554,64€). E, para com o Estado (211.423,43€). A execução da receita corrente fixou-se nos 93,36%, tendo aumentado relativamente a 2021 cerca de 740 mil euros. A receita de capital teve uma diminuição em cerca de 41% face ao ano anterior, devido a grande parte dos projetos cofinanciados terem sido recebidos no ano transato. A despesa corrente paga aumentou devido ao aumento da aquisição de bens e serviços fruto do retomar da vida normal, a um aumento dos preços, a um aumento de 20% nas transferências para as freguesias e ao aumento de transferências para as instituições sem fins lucrativos. O valor transferido para as famílias, de 2020 para 2021, teve um incremento em cerca de 90%, devido à pandemia, mantendo-se esse valor em 2022, não devido já à pandemia, mas sim aos



Assembleia Municipal de Caminha

efeitos da guerra na Ucrânia. As normas legais em vigor e, nas palavras dos revisores: “A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, no entanto, a Câmara Municipal está ciente que tem de melhorar alguns dos aspetos da sua organização interna para melhorar e dar resposta às 2 questões levantadas pelos revisores, desde logo, a inscrição e compatibilização do seu património, ou, o pleno cumprimento da norma NCP 27 onde as autarquias locais passam a ter de disponibilizar, entre outras, informação sobre gestão ambiental, sendo que, na opinião dos Revisores, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município de Caminha. (áudio 1.08.04 e 1.18.31 minutos da 2.ª gravação). -----

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, fez um pedido de esclarecimento e perguntou sobre “os instrumentos e procedimentos adotados pela entidade não permitem garantir um controlo apropriado e global do reconhecimento do rendimento associado aos subsídios ao investimento nas aquisições de ativos. (áudio 1.19.15 e 1.20.10 minutos da 2.ª gravação). -----

O Senhor Deputado Luís Alexandre, fez um pedido de esclarecimento e fez várias perguntas como: os 300 000€ do CET estão lançados em paridades pode esclarecer Senhor Presidente da Junta de Caminha e Vilarelho? A Incubadora Verde de Argela no relatório refere 200 000€ na página 8, 66 000€ na página 64, 89 000€ na página 73, afinal em que se fica e que ações já decorreram nesta incubadora? subsídio de manutenção de espaços culturais e atividades 12 000€, para Riba de Âncora, questionou acerca da aplicação do dinheiro? IPSS baixou o apoio em 35 000€ mas, subiu 26 000€ em alojamento e restauração, pode esclarecer? o que são serviços relacionados com animação cultural 26 000€ que subiu (página 96), e tem mais 6 200€ na



Assembleia Municipal de Caminha

(página 105)? Programa Caminho na Inclusão, gastou 14 500€, está terminado? E, que conclusão tiraram e o que estão a fazer neste âmbito? Serviço de expressão corporal no valor de 31 650€ o que foi exatamente este serviço página 106? Foto memória e fotografia falada 49 450€; Todos à Cena 18 000€, na página 122; No âmbito de candidatura a inclusão social e pobreza no total de 99 100€, como está esta candidatura e que retorno tem? (áudio 1.20.19 e 1.22.51 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias de Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, disse ao Senhor Deputado Luís Alexandre que aquilo que ele referiu, foi que estava em desacordo com ele, quando numa Assembleia o Senhor Deputado afirmou que esta situação do CET nunca mais ia ser recuperado, não foi sobre imparidade deste ano. (áudio 1.23.28 e 1.23.55 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento e voltou a falar sobre os valores atribuídos aos deferimentos nos montantes de 7 820 179.03€, pergunta, porque é que fez deferimentos neste montante? O que são outras contas por pagar? E, após esta explicação, como pode afirmar que está tudo muito direito, quando no final da 1.ª página da certificação legal de contas nas reservas diz “o Balanço apresenta um património na rubrica outras variações património líquido no montante de 12 723 421€ e no passivo diferimentos montante de 7 800 000€ o que representa os valores a aguardar futuro imputação de rendimentos tendo exercício sido reconhecido um rendimento de 1 248 745€ rubricas que em face às referidas limitações não lhes é possível excluir a existência de eventuais erros”, logo, pergunta se pode haver ou não, face a esta reserva apresentada? (áudio 1.24.19 e 1.27.50 minutos da 2.ª gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, em resposta aos esclarecimentos solicitados, referiu que comparar o ano de 2021 com o ano de 2022 é uma coisa não comparável, e, lá vem o COVID, quando ali vão dizer que no ano 2021 houve menos gastos em grande parte de aquisição de bens e serviços, isso foi uma realidade, porque a maior parte dos equipamentos desportivos, culturais, e outros estiveram fechados, porém, no ano 2022 foram retomadas as atividades com os eventos a suceder, que muitas vezes os consideram festas e festinhas, mas, para o executivo são a identidade cultural do Concelho de Caminha, e, traz um retorno direto para o território ...)

Relativamente à questão dos autocarros limpos, onde é que eles andam? os autocarros foram adquiridos, houve uma primeira informação que seriam entregues em setembro de 2022, porque faltavam colocar umas peças, posteriormente disseram que a entrega seria em dezembro do mesmo ano e agora a indicação que houve é que um será entregue em junho e o outro em julho.

Relativamente às questões mais técnicas do documento e uma vez que tem ali o revisor oficial de contas, pediu que o mesmo pudesse esclarecer e elucidar as questões que foram elencadas pelos Senhores Deputados, porque essa será a melhor forma de explicar quais são as reservas que têm e o que é que fundamentam essas reservas. (áudio 1.27.55 e 1.32.15 minutos da 2.ª gravação).

O **Revisor Oficial de Contas**, em resposta às questões colocadas pelos Senhores Deputados Joaquim Celestino Ribeiro, Jorge Nande e Abílio Cerqueira, disse que sob o ponto de vista do Plano Nacional de Contabilidade, o porquê das reservas apresentadas na certificação das conta do Município de Caminha...) (áudio 1.32.30 e 1.54.58 minutos da 2.ª gravação).-----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, agradeceu a intervenção e os esclarecimentos do revisor de contas sobre estas matérias, porque, são



Assembleia Municipal de Caminha

sempre muito técnicas e de difícil acompanhamento para quem diariamente não tem esta formação e possa ter um esclarecimento mais cabal.

E, termina o Senhor Presidente a dizer que;

Há caminho a fazer? Há.

A Câmara tem de melhorar? Tem.

Querem trilhar esse caminho? Querem.

É, perfeito? Não. Mas, vão caminhar para encontrar essa perfeição, sabem que é difícil que são situações que exigem muita dedicação e irão ter que dedicar mais tempo a esta matéria, e tentar ao máximo reduzir estas reservas, que os auditores anualmente apontam não só a Câmara Municipal de Caminha como ali ouviram, porque há situações que são de difícil implementação, mas, tem de cumprir a Lei e tem que seguir esse caminho e, é esse o objetivo. (áudio 1.55.20 e 1.56.28 minutos da 2.ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 11 votos contra e 01 abstenção.

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, fez declaração de voto e disse que, depois de analisado o documento de Prestação de Contas que lhes foi remetido em papel e digital verificaram que o mesmo está incompleto, por isso podem concluir que pretendem tornar difícil o escrutínio por parte da oposição criando dificuldades acrescidas aos Vereadores e aos Deputados Municipais, destacam por exemplo, a falta do mapa de dívidas a terceiros onde deveriam constar as operações de tesouraria com todas as empresas a quem a Câmara está em falta de pagamento, pelo que, deixam em declaração de voto algumas das questões que não os permitiram aprovar este documento:



Assembleia Municipal de Caminha

1.º o relatório dos revisores oficiais de contas, tem partes do texto do ano de 2022 igual ao de 2021, quanto às reservas a entidades, ainda não implementou procedimentos que permitam assegurar um controlo sistemático e regular da existência avaliação da capacidade de uso e valorização contabilística dos ativos fixos tangíveis etc., ora se reiteradamente o município não reorganiza os serviços, o que se pode concluir que as contas estão erradas porque o cálculo das depreciações é feito de forma errada...)

2.º mapa de operações de tesouraria, este mapa que é o Anexo 4 da listagem dos documentos do dossier de prestação de contas deveria conter a informação sobre as dívidas aos credores do município como fazem outras câmaras e como em anos anteriores esta Câmara o fazia...)

3.º regulamento do Controlo Interno, em 2021 regulamento que constou como anexo do Índice, em 2022 não consta, porquê? Aliás este documento não só deveria ter vindo anexo a este relatório como deveria ter sido revisto no sentido de definir políticas e operações de controlo necessárias à implementação do SNC-AP sem este documento orientador não pode haver um bom sistema contabilístico.

4.º dívidas a Terceiros por antiguidades de saldo, este mapa diz que é das dívidas a terceiros por antiguidades de saldo, mas, não é, porque, é apenas uma parte das dívidas do município, ou seja, é das dívidas ao pessoal, das dívidas à ADSE e da Caixa Geral de Aposentações e das despesas de capital...)

5.º divulgação das partes relacionadas, neste mapa pode-se ver que o Município de Caminha passou a concessão da exploração da rede de águas e saneamento para a ADAM, mas, ainda faz parte do capital da empresa Águas do Norte, com capital social realizado 573 190€, não se entende, quando a empresa Águas do Noroeste já está extinta. (áudio 2.01.09 e 2.04.45 minutos da 2.ª gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez declaração de voto e disse que:

A CDU decidiu votar favoravelmente o documento de Prestação de Contas tendo em conta as bases e princípios defendidos na certificação legal das contas em tudo o que ele refere relativamente ao relatório de gestão e cito “não tendo sido identificadas incorreções materiais”.

Relativamente às Demonstrações Orçamentais, porque reafirma que na opinião do responsável pela certificação das contas em todos os aspetos materiais e de acordo com a norma NPC26 o relatório está de acordo com a norma, nesse sentido e nestas bases de respeito por aquilo que foi a certificação legal das contas a CDU votou favoravelmente.

Relativamente às bases para opinião de reserva as que transitavam de anos anteriores não representaram problemas, não apresentaram problemas no passado aquela que para eles constitui uma novidade pelas palavras do certificador das legal das contas poderão inclusivamente apresentar um incremento no saldo positivo e, portanto, nesse sentido a CDU decidiu votar favoravelmente. (áudio 2.06.40 e 2.08.03 minutos da 2.ª gravação). -----

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor.

f) – Aprovação da Revisão ao Orçamento para Incorporação do Saldo de Gerência

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezanove de abril de dois mil e vinte e três, relativa à “**Aprovação da Revisão ao Orçamento para Incorporação do Saldo de Gerência**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.



Assembleia Municipal de Caminha

Assim e porque nos termos da alínea a) do n.º 1, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas revisões, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a “Revisão ao Orçamento para Incorporação do Saldo de Gerência.

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, referiu que o Bloco de Esquerda não pode votar favoravelmente a incorporação do saldo apresentado, em face das dúvidas suscitadas pelo Revisor Oficial de Contas. (áudio 2.08.48 e 2.09.28 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, referiu que face à explicação do Senhor Revisor Oficial de Contas, ele não afirmou aquilo que a OCP ali disse, que as contas na perspetiva de terem património sobreavaliado, também podem pecar por defeito e, por esse motivo votaram contra as contas e consequentemente irão votar contra o saldo que não contra a incorporação, até porque é obrigatória. (áudio 2.09.58 e 2.11.12 minutos da 2.ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 11 votos contra e 01 abstenção.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 23 votos a favor e 11 abstenções

g) – Aprovação do Regulamento de Atribuição de Selo Equestre – Projeto Vilas e Aldeias Equestres entre Arga e Lima



Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quinze de março de dois mil e vinte e três, relativa ao **“Aprovação do Regulamento de Atribuição de Selo Equestre – Projeto Vilas e Aldeias Equestres entre Arga e Lima”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Regulamento de Atribuição de Selo Equestre – Projeto Vilas e Aldeias Equestres entre Arga e Lima”.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenção.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor.

h) – Aprovação do Regulamento Municipal para Instrução dos Processos de Legalização de Operações Urbanísticas Sujeitas a Licenciamento ou Comunicação Prévia

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quinze de março de dois mil e vinte e três, relativa à **“Aprovação do Regulamento Municipal para Instrução dos Processos de Legalização de Operações Urbanísticas**



Assembleia Municipal de Caminha

Sujeitas a Licenciamento ou Comunicação Prévia”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante. Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Regulamento Municipal para Instrução dos Processos de Legalização de Operações Urbanísticas Sujeitas a Licenciamento ou Comunicação Prévia”.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, referiu que a sua intervenção se prende com questões técnicas que o Regulamento apresenta como por exemplo na alínea b), n.º 1, do art.º 3, onde refere a palavra “paisagista” sugere que se coloque uma vírgula, para ser a Câmara fixar os critérios e deixar de haver ambiguidade...)

Disse ainda que no art.º 10, tem uma obrigatoriedade que com a entrada em vigor do Decreto-Lei 11/2003, de 10 de fevereiro, o projeto de gás já não é obrigatório...)

Referiu ainda que se um edifício já se encontra alimentado pela rede de distribuição elétrica ou de água, não lhe parece bem que seja provado com a última fatura, mas, sim comprovar com uma fatura, o que vai facilitar a vida as pessoas...)(áudio 2.15.17 e 2.21.48 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, referiu que este é um instrumento que vai permitir a regularização de muitas situações que aconteceram no passado, situações que não podem importar diretamente às pessoas, era a situação que permitia numa primeira instância, numa segunda instância também por algum desconhecimento, mas, este regulamento traz com ele acoplado que é a universalidade desta regularização, porque todos sabem que há muitas famílias que de outra forma teriam imensa dificuldade em conseguir regularizar estas situações e com este instrumento terão agora a



Assembleia Municipal de Caminha

tarefa mais facilitada, menos onerosa e mais rápida, a qual irá tranquilizar as famílias, uma vez que ficam com as suas habitações devidamente legalizadas...) (áudio 2.22.00 e 2.23.39 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, referiu que algumas notas que foram apontadas pelo Senhor Deputado são relevantes, todavia, trata-se de uma proposta que veio da Câmara Municipal e para alterar essa proposta terá de ser o órgão Câmara Municipal a resolver aquele que foi o documento aprovado. No entanto, sugeriu que seja aprovado o documento e logo de imediato o mesmo seja retificado principalmente na questão do projeto gás uma vez, que já não faz sentido e também na questão de ser o último recibo e submetido ao órgão deliberativo...) (áudio 2.23.49 e 2.25.32 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que podiam fazer uma análise da Lei, porque, apesar da proposta ser da Câmara a Assembleia tem competência própria para regulamentar e julga que podem fazer ali essa alteração...) (áudio 2.25.42 e 2.25.32 minutos da 2.ª gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que não vê problema em que o Regulamento seja aprovado e, logo de seguida se façam as alterações ao mesmo e seja remetido novamente para aprovação. (áudio 2.26.30 e 2.27.02 minutos da 2.ª gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenção.



Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor.

i) – Aprovação do Regulamento Municipal do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezanove de abril de dois mil e vinte e três, relativa à **“Aprovação do Regulamento Municipal do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Caminha”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Regulamento Municipal do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Caminha”.

A **Senhora Deputada Cláudia Fernandes**, cumprimentou na sua pessoa do Senhor Presidente da mesa todos os presentes e todas as pessoas que nos seguem desde casa e disse que este novo Serviço Municipal vem substituir o programa Caminha Solidária.

Vem de acordo com o novo quadro de transferência de competências para os municípios no âmbito da Ação Social, definido no Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto.

Este novo programa veio sem o envelope financeiro que acompanha esta transferência de competências, que representa cerca de 20 000 euros dedicados a pessoas em situação de vulnerabilidade social, que não beneficiem de outras medidas ou apoios sociais. A Câmara Municipal sempre dedicou verba própria aos munícipes que tinham como referência para serem



Assembleia Municipal de Caminha

auxiliadas em situações de dificuldades. Estes apoios não têm carácter continuado, mas existem para cobrir necessidades eventuais que surjam, como de carácter eventual ou temporário a despesas fixas relacionadas com a habitação, água, luz ou gás, ou despesas com medicação, até situações de emergência social, como as vítimas de violência doméstica que precisem de uma resposta imediata.

Para terminar disse que a importância da aprovação deste Regulamento Municipal para que seja possível formalizar e agilizar estes apoios às pessoas e famílias que possam estar a atravessar momentos de grandes dificuldades. **(áudio 2.29.41 e 2.33.47 minutos da 2.ª gravação).** -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenção.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor.

j) – Aprovação do Integração do Representante do Conselho Municipal da Juventude na composição do Conselho Municipal de Educação para o mandato 2021-2025

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezanove de abril de dois mil e vinte e três, relativa à **“Aprovação do Integração do Representante do Conselho Municipal da Juventude na composição do Conselho Municipal de Educação para o mandato 2021-2025”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.



Assembleia Municipal de Caminha

Assim e porque nos termos da alínea s), do n.º 1, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre a nomeação do Conselho Municipal de Educação, pelo que **se propõe** que este órgão deliberativo aprove a “Integração do Representante do Conselho Municipal da Juventude “Nuno Miguel Pais Reis” na composição do Conselho Municipal de Educação para o mandato 2021-2025”.

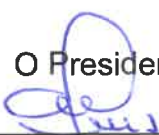
Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenção.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor.

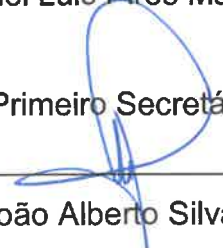
O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 02H55M, do dia 29 de abril de 2023, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa e por mim, Anabela Maria Fernandes da Cruz Pereira Monteiro, funcionária de apoio à Assembleia Municipal, que a lavrei.

O Presidente



(Manuel Luis Pires Martins)

O Primeiro Secretário



(João Alberto Silva)



Assembleia Municipal de Caminha

A Segunda Secretária

(Sónia Lajoso)

A Funcionária,

(Anabela Pereira Monteiro)



Moção
25 de Abril e 1º de Maio

foi aprovada em 23 votos a favor e 10 votos contra e 1 abstenção.

As recentes comemorações do 25 de Abril de 1974 assinalaram o marco de afirmação do que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador, com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal. Lembraram o sentido transformador e revolucionário que nos impele, ano após ano, a não permitir que seja rasurada a memória coletiva que o envolve, afirmando o caminho que o tornou possível, rejeitando as perversões e falsificações históricas, denunciando os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhando o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano. Abril foi uma revolução, não uma "evolução" ou "transição" entre regimes. Foi um momento e um processo de rutura com o regime fascista e do derrube do fascismo que o suportava.

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo. A madrugada de Abril, fez-se de operações programadas e depois executadas, na pelos Capitães de Abril, desarmando o regime opressor, associando-se a este movimento as massas populares, na manhã que viu ruas e praças de gente, pessoas que ali se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País. Mas o 25 de Abril de 1974 não é um tempo que se define e restringe a esse momento, mas antes um "perpétuo movimento" que nos mobiliza à concretização do projeto que "Abril abriu". Desde logo no cumprimento da Constituição da República, assinalando e afirmando o Poder Local democrático como uma das suas conquistas e o caminho para a regionalização, completando assim o edifício do poder local com o nível regional, a par dos municípios e freguesias, que está por cumprir.

Mas lembrar Abril é também sentir o seu eco no mundo do trabalho e dos trabalhadores. É por isso indissociável dos festejos de Abril lembrar as comemorações do primeiro 1º Maio pós ditadura fascista em Portugal. O primeiro 1º Maio vivido num expressivo sentimento de liberdade, de alegria, de fervorosa vontade de afirmar o caminho de defesa do trabalho e dos trabalhadores que a revolução de Abril havia de perseguir. E assim foi e é, mesmo que com recuos às conquistas, que mais não são que justas determinações de direitos, liberdades e garantias de cidadania, onde o mundo do trabalho é um elemento chave de equilíbrio social e de desenvolvimento do país. O papel da ação coletiva medida na organização sindical, a sua intervenção democrática, o seu papel singular de valorização dos trabalhadores, de garantia de combate à exploração do Homem pelo Homem, de promoção das igualdades, do acesso ao trabalho e ao seu justo valor, das políticas laborais à vida familiar, da mobilidade à progressão que acompanhe a valorização da condição humana. Uma valorização que se associa também à luta contra a discriminação, na qual se reconhece o papel singular das Mulheres, entre tantos outros democratas que combatem todas os tipos de discriminação no mundo do trabalho.

A história vale pela memória e a memória sobrevive porque é revisitada. E é ao fazê-lo que damos de testemunho às gerações mais novas o quanto a justa luta dos trabalhadores viu em Abril um espaço de liberdade e conquista. A conquista do Salário Mínimo Nacional, do pagamento da pensão social, da consagração do pagamento do subsídio de Natal e do subsídio de férias. Conquistas na definição de regras para os despedimentos coletivos, na criação do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego. Conquistas ainda na justa redução do tempo semanal de trabalho, na licença de maternidade e atual parentalidade e na representação dos trabalhadores no seu movimento sindical.

Mas as comemorações do 1º de Maio não lembram apenas as conquistas mas o tanto que os trabalhadores portugueses têm ainda que lutar, contrariando retrocessos e pugnando pela melhoria das condições de trabalho e de direitos laborais. A situação atual obriga a uma maior intervenção na conciliação da vida de profissional com a pessoal e familiar. Mas obriga de forma expressiva a lutar por uma remuneração justa, em paridade de poder de compra, área onde Portugal se posiciona nos lugares mais baixos no contexto Europeu. Mas a solidariedade das massas trabalhadoras não exclui que se associe ao rol de reivindicações e alertas a identificação

das situações de exploração da condição humana e dos trabalhadores que ocorrem em todo o Mundo, com maior expressão nas redes clandestinas de exploração de mão de obra, mas também nas organizações que fazem do estatuto oficial e legal um modo de exploração dos trabalhadores, colocando-os ao serviço de ocasião das necessidades do capital.

Assim, no reconhecimento destes importantes marcos históricos no país e no mundo, considerando:

1. as recentes comemorações do 25 de Abril;
2. A proximidade das comemorações do 1º Maio;
3. os princípios basilares da Constituição da República Portuguesa, resultante do processo de libertação do país, conseguida com o 25 de Abril de 1974 ;
4. as tentativas de subversão do princípio constitucional da regionalização administrativa, visíveis nas deambulações em torno do processo de descentralizar;
5. o justo reconhecimento do Município de Caminha e de todos os seus órgãos autárquicos aos trabalhadores, de forma geral, e aos trabalhadores da área territorial do concelho de Caminha, em particular, da esfera pública, privada e social;
6. a oportunidade de promover o envolvimento e a união em torno da liberdade e da democracia, bem como das questões centrais do mundo do trabalho e dos trabalhadores.

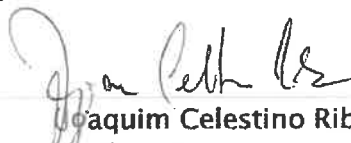
A Assembleia Municipal Caminha, reunida a 28 de abril de 2023, delibera:

1. Saudar o 49.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;
2. Reafirmar o espírito de serviço público que, há 49 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local;
3. Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatórios;
4. Saudar os trabalhadores portugueses, e neles os trabalhadores de todo o Mundo, e as comemorações do 1º de Maio, reconhecendo a identidade que o dia imprime na condição de trabalhador e na defesa dos direitos laborais;
5. Saudar as comemorações do 1º Maio, os trabalhadores e as organizações sindicais, pelo histórico de lutas e conquistas;
6. Apelar à mobilização de todos na celebração do 1º de Maio, afirmando a clara identificação dos órgãos autárquicos do município com os trabalhadores em geral e de forma muito particular com os trabalhadores municipais;
7. Reconhecer a importância da força do trabalho no progresso da região e do país;
8. Desafiar os órgãos representativos do Município de Caminha à divulgação e promoção dos valores de Abril e as suas conquistas e à transmissão às novas gerações do que elas representaram de ato de emancipação, democracia e liberdade.

A presente moção deverá ser enviada para:

- 1 - Câmara Municipal de Caminha;
- 2 - Juntas de Freguesia e de União de Freguesia do Concelho de Caminha;
- 3 - Representação Municipal do STAL - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local;
- 4 - Confederação Geral dos Trabalhadores Portuguesas - Intersindical Nacional (CGTP -IN);
- 5 - União Geral de Trabalhadores (UGT);
- 6 - Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP);
- 7 - Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE);
- 8 - Grupos parlamentares representados na Assembleia da República;
- 9 - Associação 25 de Abril (A25A).

Os Proponentes,



(Joaquim Celestino Ribeiro)



(Carlos da Cunha Alves)

Caminha, 28 de abril de 2023